

ca atual que passou a considerar a cultura como categoria central, sob o argumento de que estaríamos no *momento da Cultura*, assim como já existiu um momento da Economia e outro da Política. Se é verdade que cada tempo produz sua própria sensibilidade a determinadas questões mais do que a outras, também o é que sempre será tempo para abordagens que dêem conta do conjunto das dimensões que constituem o processo histórico. E a explicação sobre por que está havendo hoje uma maior sensibilidade para as questões culturais não é possível buscar senão na própria *material da cultura*. (Thompson, apud Samuel, 1984, p. 311) que nos remete necessariamente à vida produtiva e ao formato político que ela projeta à luta de classes.

Capítulo II

A FORMAÇÃO DOS SEM-TERRA E O MOVIMENTO SOCIOCULTURAL

Era-lhe (ao trabalhador do campo) impraticável continuar a não resistir.

Sua situação tornava inevitável algum tipo de rebelião. E, de fato, de tempos em tempos e de várias formas ela irrompia...

Capitão Swing, p. 18.

No capítulo anterior, afirmei que apreender o sentido sociocultural do MST é passar a olhá-lo como espaço de *formação do sem-terra brasileiro*, e o sem-terra do MST como sujeito de um movimento ou de processos socioculturais que refletem e preparam mudanças sociais *demoradas e profundas*, produzindo elementos de uma cultura com forte dimensão de projeto. Neste capítulo, o objetivo é começar a concretizar este olhar, buscando compreender como acontece o processo de formação dos sem-terra, e que sinais desse movimento sociocultural podem ser identificados em sua dinâmica.

Quando me refiro à formação do sem-terra brasileiro traço, inspirada em Thompson, do processo através do qual tra-

balhadores e trabalhadoras rurais sem-terra *fizeram-se* ou ainda *fazem-se* este novo sujeito social chamado *Sem Terra*, com uma identidade e uma consciência que lhes insere nos embates políticos do nosso tempo. Diz Thompson, ao explicar o sentido do *fazer-se* da classe operária inglesa, que se trata de compreendê-la como um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. *A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se.* (1987, p. 9) No caso do que se trata neste trabalho, a paráfrase possível me parece ser: os sem-terra não surgiram como sujeitos prontos, ou como uma categoria sócio-política dada, através do ato de criação do MST. Sua gênese é anterior ao movimento e sua constituição é um processo que continua se desenvolvendo ainda hoje, embora, tal como no caso da classe operária analisada por Thompson, já seja possível identificar um momento da sua história em que se mostra como identidade melhor definida.

Não pretendo aprofundar aqui a análise histórica da gênese dos sem-terra. Vou me deter na reflexão sobre o processo de formação dos sem-terra que acontece no interior do MST e, ainda assim, sem a pretensão de esgotá-la.

O processo de formação dos sem-terra do MST precisa ser compreendido, ao meu ver, em duas dimensões combinadas. A primeira delas diz respeito ao processo de formação dos sem-terra, que é possível perceber na história do MST. Ou seja, é importante compreender o caminho percorrido pelos trabalhadores sem-terra que retomaram as ocupações de terra no Sul do Brasil em 1979, e também começaram o acampamento da Encruzilhada Natalino no final de 1980, no Rio Grande do Sul, projetando uma ação de repercussão nacional decisiva para

a posterior criação do MST,⁴² até chegar aos *Sem Terra* da camiseteta branca e do boné vermelho com os símbolos do Movimento, que, organizados em imensas colunas, marcharam desde os diversos estados e ocuparam Brasília em 1997 ou que, junto com outros trabalhadores do campo e da cidade, fizeram uma marcha cívica pelo Brasil em 1998, e junto com outros militantes sociais novamente marcharam pela dignidade de seu povo

⁴² Como nos conta em sua entrevista Frei Sérgio Górgen, uma das pessoas que fazem parte da história do MST, há também nesse episódio uma daquelas coincidências do cotidiano, difíceis de explicar e que se constituem como temperos do processo. Entre os trabalhadores que começaram esse acampamento havia um que se chamava Natálio, e isto aconteceu próximo ao Natal de 1980 em uma Encruzilhada chamada de Natalino, que fica em um entroncamento de estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo no Rio Grande do Sul. *Como disseram para ele que era só ele chegar que a terra estava lá*, (referência ao recém conquistado assentamento na Fazenda Brilhante, fruto das ocupações dos colonos expulsos da reserva indígena de Nonoai), *ele veio de mochila e tudo, e a pouca mudança que ele tinha trouxe toda*. Como os outros sem-terra reunidos ali, Natálio não tinha mais para onde voltar e então acabou ajudando a protagonizar um dos fatos mais importantes da gênese do MST. Em março de 1981 eram 300 famílias acampadas; em julho somaram 600 famílias, cerca de 3 mil pessoas. O acampamento durou até março de 1982, quando as 207 famílias que ali resistiram foram assentadas na área que ficou conhecida como Nova Ronda Alta. (Entrevista concedida ao projeto História do MST em janeiro de 1997.) João Pedro Stédile afirmou, por sua vez, que *mantidas as diferenças históricas, ela* (Encruzilhada Natalino) *teve o mesmo papel que a marcha a Brasília em 1997, porque assim como a marcha não foi apenas dos que queriam dar solidariedade ao MST mas dos que eram contra o governo e perceberam que a luta pela Reforma Agrária era importante para derrubar o modelo neoliberal, a mesma coisa aconteceu em 1981 lá na Encruzilhada Natalino, onde vieram pessoas do Brasil inteiro para protestar contra a ditadura...* (Entrevista em fevereiro de 1998.) Será que Seu Natálio e os outros trabalhadores que estavam com ele poderiam imaginar que sua ação desesperada desembocaria em um movimento de massas e uma organização social como é o MST hoje? A informação do MST do Rio Grande do Sul é de que seu Natálio vive agora como assentado na região de Salto do Jacuí, neste Estado.

em 1999. Ser sem-terra em cada um dos momentos da história do MST tem um sentido diferente, embora todos os sem-terra, de cada uma das gerações que se desenvolvem, devam se sentir herdeiros daqueles primeiros trabalhadores e trabalhadoras que, em determinado momento, decidiram reagir contra a condição social de *sem (a) terra*, escolhendo a ocupação das terras improdutivas como forma de luta e como símbolo de sua rebeldia social.

Identifico três grandes momentos da história do MST para esta análise específica, e que vou desenvolver no próximo tópico: o primeiro momento é o da *articulação e organização da luta pela terra* para construção de um movimento de massas de caráter nacional; o segundo momento é o do processo de *constituição do MST como uma organização social* dentro do movimento de massas; e o terceiro momento, o atual, é o da inserção do movimento de massas e da organização social MST na *luta por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil*. São momentos cumulativos e que precisam ser compreendidos articuladamente, mas com suas especificidades históricas. Os Sem Terra são, ao mesmo tempo, os cultivadores e os frutos dessa trajetória, e sua identidade se completa em cada um desses momentos.

A segunda dimensão do processo de formação dos sem-terra é aquela onde se pode observar mais diretamente a experiência humana de participar do MST ao longo dessa trajetória histórica mencionada. Observando mais atentamente a dinâmica interna desse Movimento, é possível identificar algumas ações ou vivências que, pela força de atuação sobre as pessoas que delas participam, podem ser compreendidas como *processos socioculturais* que possuem componentes educativos ou formadores decisivos na constituição da identidade dos sem-terra do

MST, mesmo que por vezes sejam até negados nas escolhas morais cotidianas que cada trabalhador ou trabalhadora sem-terra tenha de fazer ao longo de sua vida, seja na condição de acampado, assentado ou militante da organização.

Vou refletir brevemente sobre as vivências socioculturais que podemos identificar como básicas no processo de formação dos sem-terra do MST: a *ocupação da terra*, o *acampamento*, a *organização do assentamento*, o *ser do MST*, e a *ocupação da escola*. Isso será feito no segundo tópico deste capítulo.

Mas, antes de continuar esta reflexão, há uma categoria de análise que me parece necessário explicitar aqui, para que se possa compreender a base sobre a qual se faz o sujeito *Sem Terra*, considerado em ambas as dimensões descritas acima. Trata-se da categoria de *enraizamento projetivo* que é possível construir a partir da reflexão produzida por Simone Weil na década de 40 sobre a condição operária,⁴³ e de como foi retrabalhada por Alfredo Bosi em uma análise sobre a questão da cultura no MST.⁴⁴

Diz Simone Weil: *O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada*

⁴³ Reflexão que aparece num dos textos compilados da obra de Simone Weil por Ecléa Bosi para a organização do livro *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. O livro é de 1996, mas o texto *O enraizamento* foi escrito por Weil em 1943.

⁴⁴ Seminário Nacional, *O MST e a cultura*, realizado em São Paulo, em junho de 1998.

ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente. (1998, p. 411, grifo meu)

Segundo a autora, uma condição de *desenraizamento* pode vir de um processo de conquista militar de um povo sobre outro mas também pela própria configuração das relações sociais em um determinado país. Na época em que escreveu sobre isso, Weil estava especialmente preocupada com a condição de desenraizamento operário provocada, segundo ela, por dois fatos principais. O primeiro diz respeito às relações sociais que condicionam o assalariado a organizar sua vida em função da *contagem de tostões*, o que lhe afasta da coletividade e lhe força a um individualismo que é profundamente desenraizador. Coloca nesse mesmo fato a condição do desemprego, que identifica como um *desenraizamento de segundo grau*. O segundo fato, para Weil, é a forma como acontece (ou acontecia em sua época na França, país desde onde falava) a *instrução* das massas operárias, que as distancia de seu próprio mundo e de suas raízes. É sugestivo o exemplo que dá: *Um sistema social está profundamente doente quando um camponês trabalha a terra pensando que, se ele é camponês, é porque não era inteligente o bastante para tornar-se professor*. (Idem, p. 414) E o jeito através do qual a escola se propõe a transmitir os conhecimentos aos trabalhadores tem, segundo ela, uma relação direta com esse pensamento.

É então enfática ao denunciar o *desenraizamento* como a mais perigosa doença das sociedades humanas, exatamente porque capaz de multiplicar-se a si própria. *Seres realmente desenraizados só têm dois comportamentos possíveis: ou caem numa inércia de alma quase equivalente à morte, como a maioria dos escravos no*

tempo do Império Romano, ou se lançam numa atividade que tende sempre a desenraizar, muitas vezes por métodos violentíssimos, os que ainda não estejam desenraizados ou que o estejam só em parte. E adverte: *Quem é desenraizado desenraiza. Quem é enraizado não desenraiza*. (Idem, p. 415)

Em interpretação livre dessas reflexões de Weil, Alfredo Bosi disse sobre o MST: *O MST tem condições de produzir uma cultura que se movimenta dialeticamente entre o enraizado e o projetivo. O MST enraiza as pessoas e lhes possibilita um projeto de futuro*. (1998)⁴⁵

Em uma interpretação também livre de ambas as reflexões, podemos afirmar, então, que na base da formação dos sem-terra está um processo de *enraizamento projetivo* que tem diversos e combinados significados. *Le catigemo o camponês pelo sistema*

Dizer que o MST enraiza os sem-terra significa afirmar que ele proporciona a essas pessoas a condição de vincular-se novamente a um passado e a uma possibilidade de futuro, que lhes permite desenvolver-se como seres morais, intelectuais, espirituais e, poderíamos acrescentar, culturais. Enquanto trabalhadores da terra de quem foi tirada a terra, ou a possibilidade social de tê-la como objeto de seu trabalho, os sem-terra foram desenraizados e portanto diminuídos em sua condição humana. Só que não se limitaram àqueles dois comportamentos referidos por Weil. Escolheram lutar pelo seu próprio enraizamento: ocuparam a terra que lhes devolveria uma boa parte de suas raízes. *o trabalho*

Mas o MST enraiza os sem-terra especialmente porque lhes inclui ou devolve a uma *coletividade*, sentido maior da noção de *o trabalho*

⁴⁵ Dito oralmente durante o referido seminário. Palavras não textuais, síntese minha.

enraizamento trabalhado por Weil. No depoimento de Dora, jovem de 19 anos acampada em Aracapá, sertão de Pernambuco, o sentido, talvez o mais profundo, do que isso significa: *A minha vida era uma droga. Em dois meses foi como um barril de pólvora que explodiu. Agora eu tenho uma luta e fuço qualquer coisa por ela... Se morrer, terá sido por justiça.*⁴⁶

Quer dizer, agora Dora faz parte de uma coletividade que cultiva *presentimentos de futuro*. Um futuro que poderá ser o de uma trabalhadora da terra, mas que também poderá ser, e é isto o que pretende o MST, o de trabalhadora da terra que se mantém como uma lutadora social, que não sossegará enquanto todos os trabalhadores, todo o povo, não tiverem devolvida sua condição de ser humano enraizado.

É interessante notar que usualmente o termo *raízes* ou *enraizar* nos remete apenas à idéia de passado e de fixação em um tempo ou lugar. Não é este o sentido trabalhado por Weil e retomado por Bosi, que colocam no próprio enraizamento a dimensão de projeto. Para Weil, enraizar o operário não é mantê-lo fixado em um mesmo lugar. Ao contrário, é permitir que se movimente para garantir um *arejamento indispensável*. Assim irá recuperando e criando diversas raízes, todas elas componentes de sua formação humana. Mas deverá fazer isso sem nunca destruir o passado, porque *o passado destruído não volta nunca mais*. Destruir o passado é o crime pior que se pode cometer contra a humanidade; preservá-lo deveria *tornar-se quase uma idéia fixa*. (1998, p. 419)

Se insisto no uso do complemento *projetivo* é exatamente para chamar a atenção sobre a relação entre passado e futuro,

⁴⁶ Fonte: Jornal *Folha de S. Paulo*, de 15 de junho de 1998.

e a riqueza que pode estar contida no movimento entre raiz e projeto, quando se trata de compreender a dinâmica do processo de formação dos nossos sujeitos *Sem Terra*. Podemos olhar através dele para a própria história do MST, assim como para cada uma das vivências humanas em seu interior, que se traduzem nos processos socioculturais que projetam mudanças. Também através desse movimento é possível fazer uma reflexão importante sobre o sentido da educação e da escola, cujas práticas pedagógicas certamente cresceriam muito em significados se tivessem por fundamento processos sociais de enraizamento humano.

A trajetória histórica do MST

Gênese e nascimento

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu da *articulação das lutas pela terra* que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região centro-sul do Brasil, e que aos poucos foram se *territorializando* (Fernandes, 1996) pelo país inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Esse encontro teve a participação de trabalhadores rurais de doze estados,⁴⁷ onde já se desenvolviam ocupações ou outras formas de luta ou de resistência na terra, bem como de diversas entidades que se colocavam

⁴⁷ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso (do Sul), Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rondônia, Acre, Roraima e Pará. (Fonte: Arquivo MST)

como apoiadoras ou, em alguns casos, articuladoras dessas lutas.⁴⁸

Para compreender a gênese e o nascimento do MST é preciso considerar a combinação de três conjuntos de fatores complementares. O primeiro deles diz respeito às pressões objetivas da situação sócio-econômica dos trabalhadores do campo e especificamente na região em que surgiu o MST. O segundo se refere a um conjunto de elementos socioculturais e políticos que participaram do processo de reação desses trabalhadores à sua situação objetiva. E o terceiro conjunto de fatores está relacionado a alguns fatos que desencadearam lutas localizadas mas com repercussão capaz de fazer nascer a idéia de uma articulação nacional da luta pela terra, exatamente o que foi em um primeiro momento o MST.⁴⁹

As pressões ou condições objetivas que levaram, naquele momento, trabalhadores e trabalhadoras do campo a não poderem mais não resistir e a lutar foram aquelas originadas da situação econômica e social criada pelas transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 70, chamadas por alguns analistas de *modernização conservadora*, ou também de *modernização dolorosa* (Silva, 1983) e que consistiram em um rápido e intenso processo de mecanização das lavouras especial-

⁴⁸ Central Única dos Trabalhadores – CUT, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Operários, Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Pastoral Operária e Conselho Indigenista Missionário – CIMI. (Fonte: Arquivo MST)

⁴⁹ Minhas fontes principais para elaboração deste tópico: entrevistas do projeto História do MST, síntese elaborada por Bernardo Mançano Fernandes para o livro do MST com este mesmo título (em elaboração), e também para o texto *Gênese e desenvolvimento do MST*, 1998^a. A identificação dos períodos da trajetória do MST é uma formulação minha, porque visa a uma análise específica que não foi objeto desses trabalhos citados como fontes.

mente as do Sul do Brasil. Essa agricultura, de traços mais profundamente capitalistas, expulsou do campo, de modo muito rápido, entre 1975 e 1980, grandes contingentes populacionais, exatamente as pessoas que viviam como arrendatários, como parceiros, ou que se reproduziam como filhos de agricultores em um tipo de agricultura que se caracterizava pelo uso intensivo de mão-de-obra. Com a mecanização, grande parte dessa força de trabalho não era mais necessária.

Em um primeiro momento, esses trabalhadores expulsos do campo tinham duas alternativas: muitos se aventuraram nos projetos de colonização, indo especialmente para os Estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso. Mas, quando os agricultores dos primeiros projetos começaram a retornar, pela falta de condições e por não conseguirem se adaptar a lugares com culturas tão diferentes, essa primeira alternativa se desfez, ou pelo menos ficou restrita a pequenos grupos que se dispunham a esses riscos, movidos talvez pelas mesmas ilusões dos nossos primeiros imigrantes europeus.⁵⁰ Havia também, na década de 1970, um grande contingente desses agricultores que foi para a cidade, atraído pela expansão industrial do chamado *milagre brasileiro*. Mas também, já no final dos anos de 1970, apareceram os primeiros sinais da crise da indústria brasileira, fechando essa segunda alternativa. A ausência de alternativas, então, foi gerando um contingente populacional disposto a lutar pela terra em seus próprios locais de moradia. Algumas iniciativas espontâneas de

⁵⁰ Há inúmeras pesquisas sobre a *ascensão e a queda* dos projetos de colonização feitos pelo governo brasileiro em substituição a uma política de Reforma Agrária. Destaco especialmente TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos: exclusão e luta. Do Sul para a Amazônia*, 1993.

ocupações de terra ou de resistência em terras que deveriam ser desocupadas mostraram que era possível uma nova alternativa.

Assim se constituiu a base social que gerou ou que permitiu o nascimento do MST: do aumento brusco da concentração da propriedade da terra e do número de trabalhadores rurais sem-terra, com destaque em determinadas regiões; do fechamento progressivo das alternativas que poderiam amenizar essa condição, gerando insegurança e miséria entre uma população acostumada a viver com um certo nível de estabilidade e, talvez por isso mesmo, também acostumada a seguir os tradicionais preceitos da *ordem e progresso*, o que a fez inclusive apoiar por muito tempo a ditadura militar. O MST é fruto das iniciativas de reação a essa situação objetiva. Uma situação nova nos traços de sua conjuntura, mas muito antiga do ponto de vista da estrutura social brasileira que desnuda, historicamente baseada na concentração fundiária.

Mas é preciso buscar compreender também como aconteceram essas iniciativas de reação, o que certamente não fica explicado pelas pressões objetivas. Elas não são suficientes para explicar o processo de organização dos sem-terra, até porque outros momentos de miséria crescente já haviam acontecido e voltariam a acontecer em outros períodos, e também porque muito poucos entre os que tinham a condição de *sem terra* escolheram esse caminho e se mantêm nele até hoje.⁵¹ Há então alguns fatores

⁵¹ Uma associação pode ser feita ao que explicou Thompson em relação aos motins da fome do século 18: O "motim" - um termo, em si, canhestro, que talvez mais oculte do que revele - não é uma resposta "natural" ou "óbvia" à fome, mas um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva a estratégias individualistas e familiares de sobrevivência. Não há dúvida de que os amotinados tinham fome, mas a fome não prescreve que eles devam se rebelar nem determina as formas de revolta. (Costumes em comum, 1998, p. 208)

de natureza sociocultural e política que precisam ser mencionados para a compreensão mais completa do processo de gestação do MST.

Um primeiro fator ou elemento foi o trabalho pastoral que vinha sendo realizado junto à população do campo através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que já existiam desde o começo dos anos sessenta e que se tornaram, na primeira metade da década de setenta, um importante foco de resistência popular à ditadura militar. Esse trabalho foi ainda mais fortalecido com o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975 que, trabalhando em conjunto com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais, passou a contribuir na organização e na luta dos trabalhadores. As CEB's eram nessa época, um dos poucos lugares sociais onde os trabalhadores encontravam condições para se organizar e lutar contra as injustiças e pelos seus direitos. (Fernandes, 1998^a, p. 29 e 30) Dada a situação objetiva dos camponeses e demais trabalhadores do campo, a luta pela terra só poderia ter sido uma das ações de resistência daí desdobradas.

A CPT surgiu em Goiânia e reuniu, no primeiro momento, os bispos da Amazônia, motivados especialmente pelos conflitos de terra dos posseiros do Norte e Centro-Oeste, e do grau de violência que ali vivenciavam em seu cotidiano. Mas logo sua atuação espalhou-se por outras regiões porque, como analisa Stédile, era mais do que uma iniciativa isolada, era uma espécie de *autocrítica do apoio da igreja católica ao golpe militar, e uma expressão concreta da Teologia da Libertação*, que representou um fator fundamental de conscientização dos camponeses para a necessidade de se organizar e lutar. (1998) Além disso, conforme Stédile, a participação da CPT no processo de retomada da